

POLICY PAPER 2022

Conferência Internacional



Temas críticos para o



Terceiro Salto da produção de alimentos em âmbito Global



Conferência Internacional

Temas Críticos para o Terceiro Salto de Produção de Alimentos em Âmbito Global

1 Introdução

O Seminário Internacional, intitulado “**Temas Críticos para o Terceiro Salto de Produção de Alimentos em Âmbito Global**”, foi realizado conjuntamente pelo Instituto Fórum do Futuro, Banco Mundial, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Universidade Federal de Viçosa, por meio do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável e do Projeto Aksaam (*Adapting Knowledge for Sustainable Agriculture and Access to Markets*). O evento surge em um contexto de urgência para se debater temas importantes, sensíveis e críticos no mundo.

É evidente que o Planeta se encontra diante de um desafio para o setor alimentar para as atuais e futuras gerações. Essa situação deve ser encarada como um desafio para o setor, principalmente para o combate à insegurança alimentar e nutricional da humanidade. A presença de diferentes crises nacionais e/ou internacionais, as novas tendências mundiais sobre a questão dos alimentos, sobre a vida das pessoas e sobre o bem-estar no pós-pandemia da Covid-19, bem como as questões climáticas e ambientais, os debates sobre a Amazônia e a discussão de uma nova bioeconomia são exemplos de que é preciso olhar primeiramente para as causas e não apenas para as consequências dos problemas.

Nesse sentido, o envolvimento de diferentes instituições, com perspectivas e atuações plurais, é visto como um passo importante para se criar agendas em comum, em prol de um pacto global do alimento. Nesse sentido, o Seminário se pautou nos seguintes objetivos:

1. Semear o papel da bioeconomia tropical no debate sobre modelos de desenvolvimento sustentável, incluindo temas que afetam a segurança alimentar, a inclusão social e tecnológica de pequenos e médios agricultores na zona tropical mundial;
2. Propor alternativas para desafios ambientais (desmatamento, degradação do solo e perda de biodiversidade) para alcançar soluções estratégicas para o planeta e para o bem-estar da sociedade;
3. Promover o compartilhamento de agendas pelos participantes centrais na promoção do desenvolvimento sustentável em questões estratégicas, particularmente relacionadas ao desembarque do potencial tecnológico

disponível, não usado pelos setores produtivos e cujo valor não é percebido pela sociedade.

Os debates foram feitos em três painéis, compostos por representantes não só das instituições organizadoras do Seminário, como também de outras instituições, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). O primeiro painel objetivou apresentar os Polos Demonstrativos como uma ferramenta estratégica para a segurança alimentar global e para driblar a crise alimentar regional na Amazônia, com o aproveitamento das oportunidades regionais, enquanto o segundo buscou orientar a construção de um espaço de debate sobre os modelos e as formas emergentes de promoção do desenvolvimento, especialmente em biomas tropicais, com foco na Amazônia. O terceiro painel, por sua vez, direcionou a discussão para o papel da comunicação na valorização da ciência e da agricultura como instrumentos para a provisão de alimentos e desenvolvimento sustentável.

Desse modo, além da presente seção de Introdução, o *Policy Paper* é composto por mais quatro seções, sendo que as próximas três se referem às explanações e debates de cada um dos três painéis do Seminário Internacional, ao passo que as considerações finais e recomendações de políticas são apresentadas na seção 5.

2 Pacto Alimentar Global: inclusão social e tecnológica dos pequenos e médios agricultores e a Segurança Alimentar¹

O Brasil tem passado por inúmeras situações que precisam ser debatidas e equacionadas. O país vivencia problemas como desemprego, a concentração de renda nas mãos de poucos, a persistência das desigualdades regionais e a aceleração do processo de degradação dos ecossistemas. Por isso, é necessário que o Brasil passe por um novo ciclo de expansão econômica e social e o projeto que se mostra mais viável é o ciclo de expansão da produção de alimentos.

Há condições que favorecem esse terceiro salto da produção de alimentos. Inclusive, cumpre destacar que o agronegócio nacional apresenta inovações tecnológicas capazes de aumentar a produção de alimentos sem a necessidade de desmatamento, de acordo com as pesquisas da área. Os estudos também apontam que, a propósito da questão climática e ambiental, o Brasil é capaz de produzir alimentos saudáveis, sustentáveis e resistentes, assim como é capaz de produzir alimentos diferenciados, além de desenvolver a cadeia produtiva de diferentes produtos, como guaraná e açaí.

¹ O painel foi moderado por Leonardo Bichara, economista sênior do Banco Mundial, e debatido por Paulo Hadad, ex-ministro da Economia, José Siqueira, especialista no desenvolvimento da Amazônia, e Rafael Zavala, representante da *Food and Agriculture Organization* (FAO) no Brasil.

Todavia, pra tanto é preciso equacionar diferentes questões, a exemplo do problema com a Amazônia. Como exposto pelo painalista José Siqueira, “*A Amazônia é a área mais dinâmica de mudança de uso da terra e a última fronteira global para o desenvolvimento sustentável*”. Apesar disso, ela se encontra em vulnerabilidade social severa e com insegurança alimentar grave.

Dessa forma, é necessário olhar para essa região como uma opção de desenvolvimento e não como um entrave para ele, juntando o capital natural com o conhecimento para estabelecer um novo pacto produtivo e comercial que seja mais inclusivo, e que não promova o desmatamento, pois é preciso criar alternativas sustentáveis de renda. Mas como gerar renda e riqueza distribuída concomitantemente com a preservação da floresta e a diligência das atividades econômicas?

O caminho é pensar numa convergência de diversas atividades econômicas que sejam promovidas por meio da educação, da ciência, da tecnologia, de investimentos, de infraestrutura, de serviços estruturados e adequados para dar suportes a essas atividades. É preciso, pois, conhecimento efetivo para conciliar as relações entre os humanos e a natureza na promoção de desenvolvimento. Uma atividade econômica possível é a criação e fortalecimento de uma nova bioeconomia.

A nova bioeconomia – uma forma de explorar o capital natural – volta-se para a biodiversidade e os serviços da flora, fauna e microrganismos, que podem ser trabalhados e tratados com conhecimento, ciência e tecnologia. Assim, esses componentes podem gerar produtos de valor agregado, alcançando mercados e atraindo investimentos, por exemplo.

A segurança alimentar é outro ponto importante para o debate. O Brasil retornou para o mapa da fome depois de anos de progresso para saída de um cenário de insegurança alimentar e nutricional. Anteriormente, o país chegou a ser exemplo para o mundo no combate à fome. Nesse ínterim, destaca-se que a presença de conflitos mundiais, o efeito da inflação sobre os alimentos, a necessidade de produtos mais saudáveis, mais nutritivos, que não sejam de origem de áreas desmatadas ou ilegais, e os problemas de saúde ligados à má nutrição são exemplos de motivos que demandam soluções para os setores produtivos de alimentos.

A fome é um tema complexo e que demanda um olhar como um todo. O problema envolve não só a produção de alimentos como toda a cadeia produtiva e as questões ambientais, climáticas, sociais, políticas, tecnológicas etc. Desse modo, tem-se que a inclusão social e tecnológica dos pequenos e médios produtores surge como outra questão a ser equacionada.

É necessário aproximar os pequenos e médios produtores do conhecimento e das tecnologias sustentáveis para que não fiquem à margem dos demais produtores, os trazendo para o lado da solução, e não os deixando no lado do problema. É possível haver um modelo

produtivo em que se possa compatibilizar o grande e o pequeno produtor, como visto no modelo de produção conhecido como *cluster* da empresa âncora, em que o processo produtivo é segmentado, deixando para a ponta o grande produtor. Demanda-se, nesse cenário, mais escala, numa fase final e, na fase anterior, a pequena produção pode ser usada.

3 O desafio de democratizar o conhecimento tropical²

A democratização do conhecimento da zona tropical do planeta é um tema importante. O Brasil já teve uma dependência excessiva de importação de produtos da zona temperada, mas, com investimento de forma consistente na ciência, pesquisa e inovação, essa dependência se atenuou com o fortalecimento das ciências agrárias, assim como de outras áreas, trazendo o fortalecimento para o país na agricultura tropical.

Nota-se que, nesse avanço, destacou-se a presença do setor público em prol do desenvolvimento do setor agropecuário nos anos de 1970. Todavia, caras políticas públicas, como a extensão rural e o crédito rural, se enfraqueceram nos anos posteriores com as crises nacionais e internacionais.

Percebe-se, portanto, a importância de se fortalecer as instituições públicas, assim como de reestruturar as políticas públicas que serviram como base de sustentação para o desenvolvimento do conhecimento tropical, como a extensão rural. Em um cenário promissor, a extensão rural nos tempos atuais poderia estar configurada por visões modernas e estaria com uma participação maior com as *startups* do agro, que têm apresentado soluções significativas para o pequeno produtor.

No âmbito dessas soluções destaca-se a presença dos Polos Demonstrativos, que constituem-se uma atividade desenvolvida pelo Instituto Fórum do Futuro para que aquilo que está sendo produzido de tecnologia e inovação pela Embrapa e pelas universidades possa aterrissar nos estabelecimentos. Esses Polos contribuem para preencher esses gargalos das políticas públicas, uma vez que o agricultor adota uma determinada tecnologia quando, por exemplo, observa que o seu vizinho alcançou melhorias com novas técnicas. Logo, esse convencimento através da demonstração é muito importante na agricultura.

No entanto, a grande questão debatida é que não se produz conhecimento sem financiamento. São necessários recursos financeiros para que novos conhecimentos e novas tecnologias alcancem os estabelecimentos. Supõe-se que esse financiamento deva

² O painel foi moderado por Raul Narciso Carvalho Guedes, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa, e debatido por Evaldo Vilella, presidente do CNPq, Celso Moretti, presidente da Embrapa, e Márcia Dornelles, representante da Rede Nacional dos Colegiados Territoriais.

partir de políticas públicas, visto que necessita de um fluxo contínuo. Entretanto, o Brasil é exemplo de nação cujos governos não raro se caracterizam por descontinuidades: ora há recurso financeiro em um dado momento, ora não há mais. Situações como essa dificultam a adequada transposição e fluxo de conhecimento para o campo.

Observa-se que a democratização do conhecimento na zona tropical existe e tem caminhado, mas que, no entanto, são aqueles com maior poder econômico os que têm se apropriado dela, dada a ausência de políticas públicas consistentes e de financiamento. Por exemplo, um agricultor provavelmente não se arriscaria com uma nova tecnologia ou com uma nova inovação sem um recurso financeiro do setor público. A inovação, para acontecer no agronegócio, na agricultura familiar e na agricultura de baixa renda apresenta risco, e por isso deve ser vista, antes de tudo, como uma oportunidade de avançar, desde que haja suporte frente ao risco.

Ressalta-se que, dentro dessa democratização do conhecimento, é importante pensar a bioeconomia em harmonia com diferentes pontos, como valorização das pessoas, criação de espaços de pensar e de articular políticas públicas: uma bioeconomia que envolva o uso dos recursos naturais de forma sustentável, com inovação tecnológica, e que possibilite, sobretudo, promover o desenvolvimento sustentável e garantir uma produção de qualidade e em quantidade. É preciso, pois, pensar em uma bioeconomia que possibilite a agricultura familiar utilizar tecnologias de forma correta, sem destruir a natureza, com a ajuda da assistência técnica e extensão rural, a qual deve levar em consideração os saberes da cultura local e as peculiaridades dos biomas regionais.

4 Comunicar em vez de informar: fator de risco no negócio da Bioeconomia Tropical³

É preciso discutir o papel da comunicação na valorização da ciência e da agricultura como instrumentos provedores de alimentos, de uma alimentação saudável e de um desenvolvimento sustentável. Porém, percebe-se que a compreensão do agronegócio pela sociedade se mostra difícil e, por vezes, complexa.

O agronegócio presencia uma espécie de crise de imagem, como se ele fosse o único responsável pelos desmatamentos da Amazônia, por exemplo. Com as diferentes crises pelo mundo, como a guerra na Ucrânia, que fez com que diversas empresas multinacionais saíssem da Rússia para não terem suas imagens associadas de forma negativa com esse país, quem garante que os produtos do agronegócio brasileiro não

³ O painel foi moderado por Julio Worman, analista de programas e do ponto focal de cooperação Sul e Triangular do FIDA para a América Latina, e debatido por Fernando Barros, diretor de comunicação estratégica do Instituto Fórum do Futuro, Evaldo Vilella, presidente do CNPq, e Eugênia Rodrigues, professora de Estudos de Ciência, Tecnologia e Inovação da Universidade de Edimburgo no Reino Unido.

serão cancelados por movimentos dos consumidores da Europa, uma vez que Brasil e Rússia possuem boas relações?

É preciso ir além da informação, pois, quando se informa, poucas pessoas são verdadeiramente atingidas. Antes, é importante dialogar, dado que há informação, mas nem sempre há conteúdos socialmente bem codificados. Faz-se necessário, portanto, construir um capital de confiança e é nesse cenário que o diálogo precisa chegar aos jovens, isto é, chegar até aqueles que formulam opiniões na área urbana.

Dessa forma, tem-se que o diálogo entre ciência e sociedade é preciso. Nota-se que a bioeconomia tropical só será possível em todo o seu potencial se houver alguma reavaliação e revalorização dos conhecimentos locais, de forma a centrar o papel das populações e dos produtores locais como atores fundamentais no processo de criação e expansão dessa bioeconomia. É preciso que essas populações estejam incluídas em todo o processo decisório de maneira colaborativa, justa e igualitária, uma vez que o processo de inclusão ajuda a criar esse sentimento de apropriação e, em seguida, colocar em prática o que vai ser desenvolvido.

5 Considerações finais e recomendações

O Seminário Internacional foi uma grande oportunidade para debater os modelos de desenvolvimento sustentável da bioeconomia tropical. Debateu-se, por exemplo, a possibilidade de um extrativismo inovador na Amazônia com uma nova bioeconomia, pautada na exploração do capital natural, na presença de cadeias produtivas diversas, sendo algumas já estabelecidas e algumas que podem se expandir, conforme os estudos da Embrapa apontam.

O Seminário também proporcionou perguntas vindas das pessoas que o assistiam, que se apresentam como importantes pontos para reflexão. Seguem alguns exemplos: Como fazer com que esse processo (nova expansão da agricultura) se torne inclusivo, envolvendo pequenos produtores? Como garantir que esses alimentos sejam saudáveis sem agrotóxicos, sem mão de obra escrava? Como contribuir para que essa oferta de alimentos consiga chegar aos que realmente precisam melhorar a sua segurança alimentar?

Logo, é importante avançar porque se percebe que o desenvolvimento sustentável tem permanecido como um tema no plano retórico. Desse modo, é preciso avançar com soluções. Nesse sentido, seguem algumas recomendações:

1. **Construção de uma visão a partir dos biomas:** observa-se que o bioma amazônico é sempre destacado em debates, dada a importância da floresta e da sua visibilidade internacional, que é muito grande. Outrossim, é importante ressaltar a presença de desafios em outros biomas, como na Caatinga, no Cerrado e no Pantanal, onde se encontram pontos de vulnerabilidade, os quais merecem discussão dentro do contexto de uma nova bioeconomia;

2. Valorização dos povos e comunidades tradicionais no contexto do desenvolvimento sustentável:

é importante que ocorra a valorização de povos e comunidades tradicionais, como quilombolas e povos indígenas, pois nossa sociedade não pode continuar convivendo com extrema pobreza dos povos tradicionais, já que não é sustentável a persistência de práticas agrícolas tradicionais de baixa produtividade e de inconsistentes transferências governamentais.

3. Compreensão e qualificação de uma nova bioeconomia:

a antiga bioeconomia, a “bioeconomia velha”, é extremamente relevante e conseguiu dar respostas para as necessidades de segurança alimentar. Todavia, hoje é fundamental que se tenha uma nova bioeconomia e que esta seja pautada na inclusão dos povos e das comunidades tradicionais, na valorização dos seus conhecimentos e na inclusão de mulheres e jovens. Diferentes alternativas foram enumeradas e discutidas, como reservas extrativistas, transição agroecológica, venda de serviços ambientais, crédito de carbono e sistemas agroflorestais, que fazem com que a nova bioeconomia necessite ser compreendida e mais bem qualificada;

4. Construção de uma agenda com solução multidisciplinar:

é importante que a solução para uma nova bioeconomia não venha de uma única ciência, de uma única área de conhecimento e nem só de um grupo ou instituição. Ela virá de vários atores trabalhando conjuntamente e atuando junto à comunidade local para gerar protagonismo;

5. Construção e intensificação de um diálogo entre o agro, a ciência e a sociedade:

percebe-se um gargalo na relação entre a sociedade e o agronegócio brasileiro, o qual carece de resolução. As imagens ruins criadas pelas mídias sociais e veículos de imprensa a respeito do agronegócio e de seus impactos no meio ambiente e no bem-estar da população, muitas das vezes criadas sem fundamento, colocam todos os produtores agropecuários em um mesmo cesto em pé de igualdade. Todavia, há muitos produtores que buscam reduzir os impactos negativos de suas produções ao meio ambiente e, nesse contexto, o apoio da ciência, por exemplo, tem servido de grande ajuda para essa busca, demonstrando que ela não atua apenas para contribuir com o aumento da produção, mas também para mitigar os impactos ao meio ambiente. Nesse sentido, a falta de diálogo ou até mesmo de um diálogo mais construtivo contribui para diminuir da distância entre o agronegócio e a sociedade. É preciso construir e intensificar diálogos adequados, compreensivos, construtores de conhecimento e sólidos entre a ciência, o agronegócio e a sociedade e essa é uma tarefa importante e urgente para que o Brasil avance como nação e avance na estratégia de um novo salto na produção de alimentos.